



TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CORUMBÁ/MS

dyego.arruda@gmail.com

**APRESENTAÇÃO ORAL-Desenvolvimento Rural, Territorial e regional
MILTON AUGUSTO PASQUOTTO MARIANI; DYEGO DE OLIVEIRA
ARRUDA.**

UFMS, CAMPO GRANDE - MS - BRASIL.

Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS

Territory, territoriality and local development: a case study of the Economic Solidarity Enterprises in Corumbá/MS

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo

O presente artigo tem como objetivo geral demonstrar a relação teórica existente entre os conceitos de território e territorialidade aplicados às dinâmicas de desenvolvimento local sob uma perspectiva territorial. Para tanto, utiliza-se como subterfúgio de análise o estudo de caso dos principais Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, descrevendo a importância de tais projetos na configuração dos territórios, na geração de territorialidades e, conseqüentemente, nas iniciativas de desenvolvimento local. Constatou-se, a partir da observação participante e entrevistas com os gestores dos principais EES de Corumbá, que os respectivos projetos inserem-se no território como mecanismos geradores de territorialidades carregadas de sentimentos de solidariedade e cooperação, de modo que cada comunidade é impelida a, conjuntamente, esquadrihar estratégias que visem ao desenvolvimento local e conseqüente manutenção das especificidades territoriais locais, onde o território é o ponto focal das estratégias de desenvolvimento.

Palavras-chaves: Território; Territorialidades; Desenvolvimento Local; Perspectivas Territoriais de Desenvolvimento Local

Abstract

This article aims to demonstrate the general theoretical relationship between the concepts of territory and territoriality applied to the dynamics of local development from a territorial perspective. For this purpose, is used as subterfuge for the case study analysis of the main Solidarity Economy Enterprises (SEE – in the acronym in English) in Corumbá, Mato Grosso do Sul, describing the importance of such projects in the configuration of territories

in the generation of territoriality and, consequently, in local development initiatives. It appeared, from the participant observation and interviews with managers of major SEE of Corumbá, that their projects fall within the territory as mechanisms generating territorialities laden with feelings of solidarity and cooperation, so that each community is driven together, scanning strategies aimed at local development and subsequent maintenance of the territorial local authorities, where the territory is the focal point of development strategies.

Key Words: Territory; Territorialities; Local Development; Territorial Local Development Perspectives

1. INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, o interesse pela dimensão espacial dos fenômenos socioeconômicos vem se fortalecendo nas ciências sociais (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Este interesse reveste-se, sobretudo, nas tentativas de explicar o dinamismo de algumas regiões e o declínio de outras com base em suas configurações espaciais e nas ações empreendidas pelos seus atores e instituições.

A abordagem territorial, nesse sentido, vem oferecer o suporte analítico necessário para explicar as dinâmicas de desenvolvimento tendo como pressuposto o espaço social e as relações de poder nele operantes. Assim, o território é o ponto focal do desenvolvimento, ganhando função normativa, isto é: representa o elemento organizativo das propostas de desenvolvimento, ou seja, o local onde se desenrolarão as políticas de desenvolvimento. Nas palavras de Aydalot (1985) o território, nesta perspectiva, é a “fonte de desenvolvimento”.

Entender os fatores que constituem esta abordagem territorial do desenvolvimento requer analisar o papel dos múltiplos agentes, das instituições, das demais formas organizativas da sociedade e, até mesmo, da cultura na configuração do espaço social (SCHNEIDER, 2004). Em síntese, requer analisar os múltiplos territórios de forma compartimentada e as relações que ambos estabelecem entre si; ou seja: suas respectivas territorialidades.

Sucintamente, concebe-se o *território* como sendo o espaço apropriado por relações de poder, sendo que tal apropriação inevitavelmente incorre em transformações do espaço, conforme expõem Dallabrida & Becker (2003). As ações que desencadeiam um espaço transformado; particularizado pelos grupos que o dominam constituem as *territorialidades* deste espaço apropriado, ou seja: constituem as territorialidades do território ocupado, já que este não mais poderá ser entendido sem as relações de poder dos grupos que lhe conferem corpo.

Assim sendo, a incorporação da perspectiva analítica do território e de suas respectivas territorialidades pelas dinâmicas do desenvolvimento local corresponde ao aproveitamento das sinergias existentes entre os atores de uma dada localidade específica, de modo que as relações que ambos estabelecem entre si e com o território são aproveitadas para a geração de renda, emprego, preservação das especificidades culturais e demais características do desenvolvimento local.

Recentemente, nota-se que as políticas de Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e o próprio Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) são propostas que visam fragmentar o território nacional com base nos seus recursos disponíveis, nas forças

nele atuantes e nas sinergias entre seus atores, de modo a direcionar mais incisivamente e eficazmente as iniciativas de desenvolvimento. Ou seja: são políticas que visam a promover o desenvolvimento local tomando como critério organizativo o território e suas territorialidades. O próprio Artigo 21, Parágrafo IX da Constituição Federal de 1988 diz que “Compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”, o que induz à análise da perspectiva territorial do desenvolvimento, sob a batuta do Estado.

Vários são os fenômenos e agentes capazes de conferir função e particularidade aos espaços e, portanto, construir territórios. Nesse ínterim, podem-se citar como sendo os mais relevantes: as múltiplas atividades econômicas; os empreendimentos multinacionais/transnacionais, intensivos em tecnologia e emprego de capital; as comunidades típicas; as Organizações Não-Governamentais (ONGs); e o próprio poder público. Nota-se que cada um, face às suas respectivas territorialidades que conferem distintas funções aos territórios, lhe emprestam uma dinâmica de desenvolvimento particular, algumas mais integrativas; outras mais excludentes.

Especial destaque deve ser dado aos agentes que dinamizam os territórios respeitando os indivíduos, instituições, expressões culturais e demais elementos inerentes ao território em questão. A partir da atuação destes agentes emerge uma “solidariedade orgânica” no território em voga, conforme expõem Santos & Silveira (2001), sendo tal solidariedade resultante de uma interdependência entre ações e demais forças intrínsecas ao lugar. Nesta perspectiva o próprio território, em conjunto com as forças estabelecidas pelos agentes que lhe conferem corpo e um ambiente integrativo; de solidariedade, é visto como o ponto focal das iniciativas de desenvolvimento local.

Percebe-se contemporaneamente, em face da necessidade de levar em conta os aspectos socioculturais nas iniciativas de desenvolvimento local, que os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são exemplos de formas organizativas que visam à produção de bens e serviços através da integração dos trabalhadores, onde eles mesmos são os detentores dos meios de produção; bem como são impelidos a estabelecer relações entre si e com o meio externo em rede, concorrendo para a consecução de um ambiente de solidariedade. Desta feita, concebe-se os EES como a síntese de forças, que se incorporam aos territórios atuando como elementos geradores de territorialidades, concorrendo para o desenvolvimento local.

Na cidade de Corumbá, no extremo oeste do estado de Mato Grosso do Sul, há vários EES atuando com grupos sociais distintos, cada qual com sua tônica de atuação. Face à ânsia por geração de renda e a necessidade de preservação das especificidades locais, os EES surgem como um dos fomentadores do desenvolvimento local em sua forma integrativa; respeitando as características dos agentes já inseridos e enraizados no território.

Desta feita, as provocações que resultaram na presente investigação resumiram-se no seguinte problema de pesquisa: De que forma os principais EES da cidade de Corumbá concorrem para o desenvolvimento local a partir da geração de territorialidades, e como se dá a atuação de tais EES no território em questão?

Face às investigações que resultaram na obtenção de dados primários e secundários acerca do problema de pesquisa esquadrihado, elaborou-se o presente trabalho, que tem como objetivo geral demonstrar a relação teórica existente entre os conceitos de território e

territorialidade aplicados às dinâmicas de desenvolvimento local. Para tanto, usa-se como subterfúgio de análise o estudo de caso dos EES de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, descrevendo a importância de tais empreendimentos na configuração dos territórios, na geração de territorialidades e, conseqüentemente, nas dinâmicas de desenvolvimento local.

O presente artigo está estruturado, basicamente, em quatro partes: na primeira, descrevem-se o conceito de território e as múltiplas formas sob o qual foi abordado, desde a perspectiva do Estado-Nação até a perspectiva globalizada da interligação dos territórios em rede; na segunda parte, apresenta-se o conceito de territorialidade e seus principais elementos; na terceira parte, expõe-se o fragmentário teórico acerca do desenvolvimento local, enfocado sob uma perspectiva de análise dos territórios e das territorialidades; e na quarta e última parte, elucidam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa realizada, os quais são seguidos pela apresentação dos resultados apurados e das conclusões da investigação.

2. TERRITÓRIO

O estudo do território vem se constituindo em uma tradição do pensamento geográfico nos últimos 100 anos (VALVERDE, 2004). Instintivamente, o seu conceito remonta à idéia de lugar, espaço de residência ou local onde se desenrolarão as múltiplas relações entre os agentes, sejam sociais ou econômicas. Muito embora esta seja uma definição que suprime os elementos norteadores do conceito de território, ela não é de todo errada.

Até meados do século XX, diante das constantes disputas por mercados consumidores pelos países capitalistas desenvolvidos, sobretudo no chamado “Terceiro Mundo”, o conceito de território confundia-se com a noção de Estado-Nação. Nesta perspectiva, os territórios eram inteiriços, limitados apenas pelas fronteiras físicas com outros países e geridos por um poder político estatal, que promovia as políticas de bem-estar e segurança nacional, garantindo legitimidade ao território sob seu domínio.

Porém, nos últimos 20 anos, o território ganhou um sentido diferente, mais amplo, para abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de determinada área (VALVERDE, 2004). O fenômeno de globalização, que provocou o surgimento de empresas multinacionais/transnacionais e a constante interligação dos múltiplos territórios em rede, minou o poder político dos Estados-Nação, conferindo ao conceito de território um sentido mais plural, recoberto de maior complexidade.

Portanto, migra-se de uma concepção vertical dominante no início do século XX, onde os territórios eram fortes e vitoriosos em decorrência de sua extensão material, para uma concepção horizontal e pontual característica da globalização, que se liga à idéia de abrangência das relações de poder dos agentes, independentemente da contigüidade ou não dos territórios.

Assim sendo, o território passa de uma conotação essencialmente *material*; palpável, onde representava a conjunção do solo e de seu povo (RATZEL, 1988) na perspectiva do Estado-Nação, para uma conotação *imaterial*; intangível, na perspectiva globalizada, dada que as relações de poder podem ser criadas e se desfazer ciclicamente,

ter duração efêmera e nem mesmo chegar a deixar marcas na paisagem, o que descaracteriza a materialidade dos territórios (SOUZA, 2009).

Há múltiplas abordagens sobre as concepções de território e as formas como ele é interpretado nas ciências sociais, o que sugere a existência de uma diversidade de enfoques. Não obstante, em qualquer acepção, o território tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007).

Conceitualmente, tal *poder de dominação* diz respeito à posse; propriedade dos territórios, numa conotação de estabelecimento de força (seja militar, política ou de outra ordem) para o controle dos territórios. Já o *poder de apropriação* representa um processo muito mais subjetivo, carregado de marcas do "vivido" e do valor de uso dos territórios e suas manifestações culturais peculiares (LAFEBVRE, 1986). Assim, o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação, "desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'" (HAESBAERT, 2004).

Muito embora o poder de apropriação devesse sobrepujar o poder de dominação (LAFEBVRE, 1986), de modo que os territórios efetivamente se constituíssem em espaços de alteridade e expressões dos grupos sociais, observa-se que a dinâmica capitalista de acumulação fez com que a dominação prevalecesse sobre a apropriação, conferindo aos territórios uma expressão mercantil; de mercadoria.

Rogério Haesbaert, um dos mais importantes pesquisadores das temáticas territoriais brasileiras, considera que o território, uma vez expressando o local da manifestação de poder, apresenta três perspectivas distintas: *jurídico-política*, *cultural* e *econômica* (HAESBAERT 2001). Na perspectiva jurídico-política, o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; na perspectiva cultural prioriza-se as dimensões simbólicas e mais subjetivas, onde o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; e, por fim, na perspectiva econômica, destaca-se o território como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT *apud* SPOSITO, 2004:18).

Assim sendo, nota-se que o fator diferenciador da definição de território são as relações de poder que lhe dão corpo, bem como as manifestações culturais dos agentes que o habitam. Tais questões diferenciam *território* da concepção de *espaço*, que é anterior ao território e diz respeito ao ambiente propriamente dito. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993).

Desta feita, o território é uma categoria de análise produzida por ações políticas e socioeconômicas. Emerge como um produto da construção de uma sociedade, num processo de apropriação de uma porção do espaço por uma coletividade.

Observa-se que os múltiplos agentes, como os governos, as empresas e os próprios indivíduos podem criar e/ou destruir territórios a partir do momento em que habitam e começam a estabelecer relações nos espaços, com os poderes de dominação e apropriação que lhe são peculiares. Diz-se que os processos de criação e expansão dos territórios são as

territorializações, ao passo que as dinâmicas de destruição e contração dos territórios são as *desterritorializações*, sendo que as práticas recriação dos territórios desterritorializados são as *reterritorializações*.

Sinteticamente, pode-se dizer que a territorialização é a ocupação e o estabelecimento de forças em novos espaços, a desterritorialização é o movimento de abandono do território e a reterritorialização é o movimento de inserção num novo território. O abandono do território se refere a uma recusa em reconhecer o novo tipo de território, ou um território novo mal-formado ou mal-reconhecido, em relação ao sujeito. Ademais, um território pode ser abandonado se existirem novas dinâmicas socioeconômicas que lhe confirmem novos usos e/ou valores.

No mundo globalizado, cada vez mais interligado em rede, observa-se que os fenômenos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização não acontecem isoladamente. A partir do momento em que um espaço é territorializado, ele pode rapidamente, face às dinâmicas do capital, perder sua função e ser desterritorializado por um grupo e reterritorializado por outro, que atribui àquele mesmo espaço nova função, nesta ordem. Assim, nota-se que estes fenômenos adquiriram dinamicidade com a globalização, e são conhecidos como “movimentos de TDR” (das iniciais de Territorialização - Desterritorialização – Reterritorialização).

Exemplos de TDR podem ser dados com o movimento das empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas; ou os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais; ou ainda quando a polícia prende traficantes que controlam determinados bairros e semanas depois o tráfico é reorganizado (FERNANDES, 2005).

Não obstante, mais um aspecto que merece ser destacado e que é fruto da globalização refere-se aos ditos “múltiplos territórios”. Dentro da perspectiva da interligação dos territórios em rede, os múltiplos territórios referem-se aos distintos receptáculos das relações entre os diversos agentes, que exercem as chamadas multiterritorialidades (conceito que será mais detidamente detalhado no tópico seguinte, que trata das territorialidades). Assim, tal conceito vem de encontro mais uma vez à perspectiva contemporânea dos territórios fragmentados e interligados, diferentemente da concepção que se tinha dos territórios contínuos e delimitados por um Estado-Nação.

Ademais, outra característica resultante da globalização refere-se às abordagens do modo como os territórios se constroem na percepção dos indivíduos que os ocupam. Todo território apresenta, obviamente, uma *perspectiva funcional*, uma vez que perfaz o receptáculo das relações econômicas produtivas e é fonte de matérias primas, de modo que os indivíduos que o ocupam tomam o território como um recurso dotado de valor de troca. Neste caso, imperam os processos de dominação.

Porém, o território pode ser abordado sob uma *perspectiva simbólica*, onde os indivíduos têm as manifestações de sua existência intimamente ligadas com o território. Assim, o território em questão foi apropriado pelos indivíduos, sendo dotado de múltiplos significados, de tal forma que tais indivíduos não se identificam sem seus respectivos territórios.

Nas palavras de Haesbaert (2005:6776) tem-se que:

Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista).

Fato interessante refere-se à exacerbada importância das relações entre os agentes na constituição das perspectivas simbólicas dos territórios, que muitas vezes podem ser imateriais. A “terra prometida” dos judeus, por exemplo, é um caso de território simbólico, com constructo que dá aos indivíduos um sentimento de pertença àquele território sem que, necessariamente, ele exista numa determinada localidade geográfica. Ele é, antes de tudo, uma construção dos indivíduos.

No que se refere aos territórios funcionais, nota-se que o estabelecimento das dinâmicas capitalistas exploradoras fez com que eles se proliferassem, de modo que o território adquire principalmente papel de receptáculo das atividades econômicas, tendo funções diversas de acordo com os múltiplos interesses econômicos. Os casos de rotação de culturas nas atividades agrícolas, ou o estabelecimento de monoculturas face às demandas de empresas multinacionais, por exemplo, são casos que relegam ao território funções meramente funcionais.

Em síntese, o quadro abaixo traz os principais elementos diferenciadores dos territórios funcionais e dos territórios simbólicos:

Quadro I: Territórios funcionais x Territórios simbólicos

| Territórios de dominância Funcional | Territórios de dominância Simbólica |
|---|--|
| Predominância dos processos de dominação “Territórios da desigualdade” | Predominância dos processos de apropriação “Territórios da diferença” |
| Território “sem territorialidade” | Territorialidade “sem território” |
| Princípio da exclusividade | Princípio da multiplicidade |
| Território como recurso, valor de troca | Território como símbolo, valor simbólico |

Fonte: Haesbaert (2007)

Portanto, o fator primordial para a delimitação e entendimento dos distintos territórios são as relações de poder que nele se estabelecem. Em suma, sem relações sociais que tragam em seu bojo relações de poder, não há território. Dentro da perspectiva geográfica, tais relações são chamadas de *territorialidades* (que é um termo que, inconscientemente, já se fez referência no texto), de modo que, face à sua importância na obtenção das distintas configurações territoriais, recebeu uma conceituação mais detalhada no tópico seguinte.

3. TERRITORIALIDADES

As territorialidades, que representam um conceito originário da geografia política que foi incorporado pelas demais ciências sociais nas análises do território, podem ser definidas como a síntese das relações sociais que dão corpo e conferem função ao território. Numa abordagem inicial, pode-se dizer que as territorialidades são a “razão de ser” dos territórios, conferindo-lhe existência, seja material ou imaterial.

A territorialidade é um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem.

Também pode ser entendida como base de poder de determinado grupo sobre determinada área; uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas (SILVA, 2002).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar" (HAESBAERT, 2007; SACK, 1986).

Segundo Soja *apud* Raffestin (1993:162), a territorialidade é composta por três elementos: senso de identidade espacial; senso de exclusividade; e compartimentação da interação humana no espaço. Sua função é a manutenção do território, ou seja, sua defesa, garantindo uma espécie de equilíbrio entre as sociedades e a natureza.

A formação do território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade, que de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas (ANDRADE, 1998). Entende-se, nesse sentido, que a própria prevalência de um sentimento de solidariedade entre os indivíduos constitui uma territorialidade.

Da mesma forma que os territórios podem ser materiais ou imateriais de acordo com as construções que os indivíduos lhe conferem, as territorialidades também podem expressar-se como *materialidade*, *imaterialidade* ou como *espaço vivido*, dependendo do conceito de território proposto (HAESBAERT, 2007).

A territorialidade como materialidade, como o próprio termo sugere, é aquela que se expressa nos territórios materiais. Pode-se dizer que ela tem como função a delimitação e conseqüente configuração física dos territórios, e confere a dominação dos mesmos aos grupos. Neste caso, tais grupos dominantes controlam o acesso de outros grupos aos territórios, muito embora os mesmos territórios tenham funções meramente funcionais, sem marcas simbólicas e/ou culturais dos indivíduos.

No que tange à territorialidade como imaterialidade, observa-se que a tônica da configuração dos territórios são as marcas simbólicas e culturais dos indivíduos para com o território, sendo que este pode ser material ou imaterial. No caso dos territórios imateriais, eles são meras construções do imaginário dos grupos, que mesmo assim exercem suas territorialidades para com o território.

Por fim, as territorialidades como espaço vivido são as categorias que mesclam a territorialidade com materialidade e imaterialidade. Os territórios, nestes casos, adquirem carga funcional e simbólica, que coexistem nas estratégias de controle territorial.

Outro conceito em voga acerca das relações de poder que se estabelecem nos territórios refere-se à idéia de *multiterritorialidade*. Em síntese, ela representa as estratégias que influenciam os múltiplos territórios, interligados em rede. A

multiterritorialidade abrange um conjunto superposto de várias territorialidades cuja abrangência pode ir além dos seus limites; um olhar que prioriza as relações deste território com aqueles que se encontram no meio externo (DUARTE, 2009).

A multiterritorialidade inclui uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao dispor dos indivíduos (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em que tem-se hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma gama de diferentes territórios (HAESBAERT, 2005)

Portanto, deve-se ter consolidada a idéia que as territorialidades, de uma forma geral, uma vez representando a síntese das relações de poder que se estabelecem nos territórios, são os elementos que lhe conferem suas configurações, mesmo que tais territorialidades sejam expressas como materialidade, imaterialidade ou como espaço vivido; ou mesmo que tais territorialidades sejam evidentes nos múltiplos territórios.

As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento que se organizam sob uma base territorial, além de levarem em conta os distintos recursos do território (como os recursos naturais e o capital social, por exemplo), se embasam nas territorialidades evidentes em tal território, de modo a criar sinergias e modelos de produção adequados e que efetivamente promovam o desenvolvimento.

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL SOB UM ENFOQUE DO TERRITÓRIO

Instintivamente, quando se fala em desenvolvimento numa perspectiva geral de análise, logo se remete à idéia de um processo dinâmico que implica em crescimento, avanço e progresso. Assim, nas ciências sociais em específico, define-se o desenvolvimento como uma melhora qualitativa no nível de bem-estar de um determinado grupo social, usando como referência os indicadores sociais, políticos e econômicos disponíveis. Então, pode-se denotar que aumentos nos níveis de renda, qualidade de vida e infra-estrutura, por exemplo, são alguns indicativos de desenvolvimento.

No início do século XX, sobretudo no período Pós-Segunda Grande Guerra Mundial, as políticas de desenvolvimento centralizavam-se nos Estados-Nação, que, em face da profusão das idéias Keynesianas, promoviam maciços investimentos em infra-estrutura e ampliação da demanda por bens e serviços. No entanto, com o advento e consolidação do fenômeno de globalização nos últimos decênios do século XX, que provocou a perda de importância do Estado como único elemento promotor do desenvolvimento, observa-se uma regionalização das propostas de desenvolvimento, numa perspectiva local.

A crise do Estado-Nação, em suma, refere-se a sua incapacidade crescente de regular e interferir na economia privada, especialmente, a partir da ampliação da capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Assim, o Estado adquire o *status* de apenas um dos muitos agentes fomentadores do desenvolvimento, sobretudo no que se refere ao ordenamento político dos territórios, de modo que a efetivação das dinâmicas do desenvolvimento se deve às sinergias dos atores



locais. Em síntese, esta é a essência do que se convencionou chamar de *desenvolvimento local*.

Sob uma perspectiva histórica, verifica-se que, no Brasil, os estudos enfocando o local começam a ganhar destaque durante a formulação da Constituição Federal de 1988, período em que se iniciam reflexões sobre descentralização de políticas públicas, poder da localidade, necessidade de integração de projetos sociais e econômicos que beneficiem a maioria da população, e também, a construção de um projeto político que promova o verdadeiro desenvolvimento humano. É nessa época que o desenvolvimento local ganha corpo teórico pelos pesquisadores nacionais.

É consenso a idéia de que o desenvolvimento local é realizado em escala humana, e atribui-se a ele a capacidade de reafirmar as potencialidades e identidades locais frente à globalização. Deve-se pensá-lo como um processo de superação de problemas sociais, onde a sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima, tendo o homem como sujeito e beneficiário das ações. Os indivíduos devem participar ativamente e não apenas serem favorecidos pelo desenvolvimento. Isto implica pensar na questão da responsabilidade social, onde a busca por qualidade de vida e bem-estar parte do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa” (MARTÍN, 1999).

Fato que merece uma apreciação um pouco mais detida refere-se aos impactos do fenômeno de globalização nas dinâmicas do desenvolvimento local. Muito embora a globalização tenha sido um dos fatores que minaram o poder político centralizado do Estado-Nação, incitando as políticas de desenvolvimento regionalizadas, ela traz em seu bojo uma idéia de homogeneização sócio-cultural, econômica e espacial. Assim sendo, paradoxalmente o desenvolvimento local vem de encontro a essa premissa globalizada de constante homogeneização dos territórios, reafirmando as potencialidades locais.

Portanto, face ao que foi exposto até aqui, observa-se que a localidade, uma vez dotada de potencialidades que lhe imprimam uma dinâmica própria, é passível de ser revestida de uma política específica de desenvolvimento. O território, nesse sentido, representando um conjunto de territorialidades de um grupo que lhe confere corpo, é perfeitamente tomado como um critério organizativo nas chamadas *perspectivas territoriais do desenvolvimento*.

O espaço-território desempenha o papel de uma variável explicativa no desenvolvimento porque o espaço cessa de ser apenas um suporte aparente e torna-se um elemento de organização produtiva que vai influir nas estratégias dos atores individuais e das firmas (PECQUEUR, 1989; 1992; 1996)

Do ponto de vista material e produtivo, os territórios assumem o caráter de sistemas produtivos locais (podendo receber também outras denominações como *millieux* ou atmosferas) que territorializam o lugar em que transcorre uma pluralidade de formas de justificação da ação humana (reciprocidade, cooperação, concorrência, disputa, entre outras) (PECQUEUR, 1989).

Assim, o território passa a ser visto e compreendido como a nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque no desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes. Governança local e participação social tornam-se, neste sentido, atributos do desenvolvimento territorial (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Observa-se que os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) incorporam-se aos territórios reforçando os sentimentos de solidariedade e de pertença dos indivíduos, provocando nestes territórios em questão novas territorialidades, carregadas de uma perspectiva funcional (uma vez que os EES embasam-se na organização dos agentes locais em prol da geração de renda e conseqüente desenvolvimento local), porém, não se olvidando da perspectiva simbólica; carregada de marcas do vivido e aspectos culturais dos indivíduos.

Podem-se ter casos de EES fomentados pelo Estado; ou oriundos de iniciativas dos próprios atores residentes nas localidades. Em ambos, tem-se a evidência de processos de territorializações ou reterritorializações, de modo que os recursos do espaço (como os recursos naturais e locais) são aproveitados coletivamente pelas forças conjuntas dos atores do território, dando uma nova dinâmica de desenvolvimento para a localidade, neste caso mais integrativa e solidária, conforme os preceitos característicos da economia solidária.

Em suma, definem-se os EES como uma organização coletiva, onde os indivíduos juntam-se para produzir em conjunto, solidarizando os ônus e bônus inerentes às suas atividades produtivas. Nota-se que nestes empreendimentos as vantagens produtivas locais (como a existência de matérias-primas e capital social nos territórios, por exemplo) são aproveitadas pela coletividade como um todo, de tal forma que em muitos casos os indivíduos auferem benefícios mais vantajosos do que se produzissem individualmente.

Em tempos de intensa globalização do capitalismo, onde as empresas multinacionais/transnacionais inserem-se nos territórios expropriando seus recursos e não raro alijando dos processos produtivos as comunidades locais numa lógica de territorialização e desenvolvimento excludentes, os EES contrapõem-se a esta tônica, incrustando nos territórios sentimentos de solidariedade e cooperação, conferindo a tais territórios autonomia para que eles mesmos insiram-se nos processos de desenvolvimento de forma ativa e participativa.

Portanto, na lógica de atuação cooperativa dos EES, o território, agora concebido a partir de territorialidades que lhe conferem carga funcional e simbólica, é tomado como o critério organizativo das propostas de desenvolvimento local, sendo este tipificado pela atuação conjunta dos indivíduos em prol da superação de problemas comuns, geração de renda, numa perspectiva solidária e coletiva, garantindo assim a autonomia das comunidades e a dignidade da pessoa humana, que são elementos basilares dos EES; bem como são características essenciais das práticas de desenvolvimento local.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que se galgassem os objetivos do presente trabalho fez-se necessário realizar uma viagem *in loco* ao município de Corumbá, mediante a qual foram feitas observações participantes, anotações e entrevistas filmadas com os atores-chave para a explanação do tema em voga. Não obstante, levantou-se ainda farto material bibliográfico e documental acerca dos conceitos de território, territorialidades e desenvolvimento local, de modo a se inferir o nexos existente entre os conceitos e como eles podem se relacionar com os EES.

Assim sendo, quanto aos fins delineados, a pesquisa realizada pode ser classificada como sendo uma Pesquisa Exploratória e Descritiva, posto que, conforme expõe Vergara (2005), há meios de confrontar tipos de pesquisas distintos, uma vez que as etapas para o estudo de um dado tema não são compartimentadas e estanques. No referido caso, a pesquisa exploratória cumpre o fim de analisar, *in loco*, os atores-chave para a elucidação do tema, uma vez que não há farto material documentado acerca do mesmo. Por seu turno, a pesquisa descritiva elucida as características do fenômeno observado, bem como dos atores.

Face aos meios utilizados, a pesquisa se classifica como um estudo de caso. Conforme preconizado por Yin (2005:32) um estudo de caso constitui-se em “uma investigação empírica que investiga um fenômeno dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Foram pesquisados quatro EES na cidade de Corumbá, quais sejam: a Organização Não-governamental Instituto Homem Pantaneiro; a Associação de Mulheres Organizadas Reciclando o Peixe; A Associação Não-governamental Casa do Massabarro e o Projeto Social Ladrilho-Hidráulico. São projetos que tem como característica básica a produção coletiva e solidária, de modo que cada qual apresenta suas respectivas territorialidades, conferindo ao território uma perspectiva particular de desenvolvimento, majoritariamente integrativa e fomentadora da manutenção das especificidades locais.

Conforme já se fez referência anteriormente, os instrumentos de coleta de dados constituíram-se na aplicação de entrevistas semi-estruturadas, que compreendem “uma conversa iniciada por um entrevistador para obter informações de um respondente” (COOPER & SCHINDLER, 2003). Tais entrevistas foram filmadas, aplicadas aos gestores dos EES, de modo que as respostas dos entrevistados ditavam a profundidade e ritmo das perguntas, conforme os anseios delimitados no que tange às respostas que se tencionava obter.

A escolha dos EES visitados foi intencional, e deveu-se ao critério de pertinência, tanto no que se deve às possibilidades técnicas em se realizar a visita de campo quanto na disponibilidade dos gestores em responder às perguntas estipuladas. Ademais, levou-se em conta também as características dos projetos que poderiam constituir subterfúgios para a resposta ao problema de pesquisa.

Notadamente, os EES visitados perfazem os projetos mais relevantes da cidade de Corumbá, e são encorpados por grupos sociais distintos, como o grupo de mulheres de pescadores artesanais urbanos ou o grupo de menores em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de modo que, em face dessa pluralidade dos EES escolhidos puderam-se analisar as múltiplas territorialidades de cada um, seus respectivos métodos de apropriação e modificação dos territórios, bem como os meios utilizados de promoção do desenvolvimento local.

Corumbá, que é uma cidade localizada no extremo oeste do estado de Mato Grosso do Sul e perfaz região fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia, tipifica-se pela profusão de vários grupos sociais e por uma formação étnica vasta, de modo que seu território é moldado por inúmeras territorialidades de cada grupo social que o constitui. Assim sendo, a tônica territorial da região é múltipla, de modo que os EES são apenas um dos elementos caracterizadores do território face às territorialidades dos atores que os integram.

Portanto, Corumbá justifica-se como um relevante *locus* de pesquisa acerca das questões territoriais, das atuações dos agentes moldando o território sob o qual residem, bem como do desenvolvimento sob uma perspectiva territorial de análise. Não obstante, face à profusão de grupos sociais e às características socioeconômicas de Corumbá, há vários EES em atuação na região, de modo que assim pôde-se realizar o presente estudo de caso acerca da contribuição destes EES na configuração dos territórios, e como eles atuam em prol da geração de territorialidades com vistas ao desenvolvimento local.

6. RESULTADOS

Os EES pesquisados na cidade de Corumbá foram: a Organização Não-Governamental Instituto Homem Pantaneiro; a Associação de Mulheres Organizadas Reciclando o Peixe; a Associação Não-governamental Casa do Massabarro e o Projeto Social Ladrilho-Hidráulico. Face aos levantamentos documentais prévios, contatou-se que são os principais EES da cidade de Corumbá face aos distintos grupos sociais que atingem, cada qual gerador de territorialidades distintas e desencadeador de forças que modificam sobremaneira o território considerado.

No que tange à caracterização dos empreendimentos estudados, O Instituto Homem Pantaneiro – IHP – é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do pantanal por meio de ações que conservem os capitais natural, social, cultural e histórico. Para cumprir sua missão, o IHP promove ações nas áreas de desenvolvimento sócio-cultural; histórico-cultural; meio ambiente e desenvolvimento de base, com o auxílio técnico e financeiro da Vale, do Ministério da Cultura, da Orquestra Sinfônica Brasileira, e demais parceiros em projetos específicos.

Dentro do programa de desenvolvimento sócio-cultural do IHP, foi criada, em 2005, a escola de artes *Moinho Cultural Sul-Americano*, que tem como escopo fornecer à crianças brasileiras e bolivianas aulas de dança, música e línguas. Ao final de 8 anos, que é o ciclo pedagógico estipulado, os participantes do projeto são considerados bailarinos ou musicistas, uma vez que recebem o devido certificado comprobatório das atividades que desenvolveram. Assim sendo, o projeto, além de fornecer base cultural aos indivíduos, os profissionaliza para que concorram para a geração de sua própria renda, sozinhos.

Além disso, o IHP fomenta outros projetos, como o *Vale Informática*, que proporciona à comunidade aulas de informática e cidadania; o *Ponto de Cultura*, que fornece aulas de gastronomia, corte e costura para os indivíduos em geral; a *Casa Brasil*, que é um espaço comunitário que privilegia a formação e a capacitação em tecnologia aliada à cultura, arte, entretenimento e participação popular; além do projeto *Ecodesenvolvimento*, que contribui para o despertar de novas competências dos pescadores artesanais da cidade, de forma que os mesmos possam organizar-se e contribuir para a melhoria de sua situação econômica e social.

Desta maneira, o IHP insere-se na região de Corumbá a partir da geração de territorialidades que visam à manutenção das características locais, concorrendo para a constituição de capital natural, social, cultural e histórico locais. Face aos vários grupos que integram os projetos do IHP (desde crianças, populações urbanas e comunidades de

pescadores artesanais) há o incentivo a constituição de um sentimento de solidariedade local, que perfaz mais uma das territorialidades desencadeadas pelo IHP.

Já a Associação de Mulheres Organizadas Reciclando o Peixe (Amor-Peixe) é uma entidade social e ambiental, fundada em 2003, que produz artesanato em couro de peixe a partir do aproveitamento do pescado. Há, nesse ínterim, parcerias com o grupo de pescadores artesanais da localidade, que fornecem o couro do peixe e demais subprodutos essenciais ao funcionamento da associação, que conta com 14 mulheres associadas, as quais são, a grande maioria, esposas de pescadores ou praticantes da atividade de pesca, diretamente.

A associação em voga conta com o incentivo econômico-técnico da Rio Tinto Mineradora, mas, em sua grande maioria é auto-gerida pelos recursos do trabalho das próprias associadas. De alguns meses até o presente momento, a associação logrou expandir seus meios de divulgação dos trabalhos para locais distantes de Corumbá, o que contribuiu para o incremento das vendas e geração de renda às mulheres do projeto, e conseqüentemente, divulgou as potencialidades da região.

Portanto, as territorialidades inerentes a atuação da Amor-Peixe resumem-se na agregação de valor a um dos produtos tradicionais na região, que é o pescado, a partir da confecção de artesanatos a base de couro de peixe. Assim sendo, há a geração de renda econômica às mulheres associadas, em concomitância com a manutenção das características culturais locais.

Um aspecto peculiar da Amor-Peixe refere-se ao fato de que suas territorialidades não se limitam ao espaço de Corumbá. Face à divulgação dos produtos confeccionados para outras localidades, a associação territorializa novos espaços a partir de suas expressões culturais nos trabalhos artesanais, consolidando e expandindo seus territórios e, assim, suas características peculiares.

No que se refere à Associação Não-governamental Casa do Massabarro, ressalte-se que é uma entidade fundada em 1982 e que tem como escopo proporcionar às crianças do bairro Cervejaria, que é um local da cidade de Corumbá tipicamente habitado por pescadores e demais indivíduos de baixa renda, um contato com a arte em cerâmica, de modo que possam dispor de alguma ocupação nos tempos em que não estão na escola e, além disso, profissionalizar-se em algo que lhe possa gerar renda.

A Casa do Massabarro, como se pôde constatar na observação participante, carece de melhor infra-estrutura física para atender aos garotos que participam do projeto, e, além disso, necessita de acompanhamento psico-pedagógico aos participantes, de modo a auxiliá-los nos seus anseios mais urgentes, cumprindo assim o fim social que a casa se destina a perseguir. Não obstante, dos projetos analisados, este é o que apresenta pouquíssimas parcerias para desenvolver suas ações, de modo que sustenta-se com a renda proveniente do artesanato fabricado e vendido.

As territorialidades inerentes a associação Casa do Massabarro, a despeito de suas deficiências estruturais, concorrem para a geração de renda econômica para indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica através do artesanato, o que também fomenta as características culturais e expressões marcantes da localidade.

Um aspecto relevante das territorialidades expressas através das ações da Casa do Massabarro é que elas provocaram (ou ao menos tencionam provocar, considerando as deficiências estruturais que ainda existem) um processo de reterritorialização de um espaço



historicamente territorializado pela criminalidade e demais mazelas sociais, como é o caso do bairro onde o projeto está instalado.

Por fim, o Projeto Social Ladrilho-Hidráulico é uma cooperativa que visa a fabricar, artesanalmente, ladrilhos, de modo que, com a venda dos materiais produzidos, há um incremento na renda dos cooperados. De tempos em tempos, há uma espécie de curso preparatório de ‘ladrilheiros’ que tem como objetivo ministrar aulas à jovens de baixa renda da cidade de Corumbá e adjacências para inseri-los na prática de produção de ladrilhos artesanais.

O projeto supracitado recebe o apoio econômico-técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que também demanda os materiais produzidos para que sejam utilizados, muitas vezes, em restaurações de prédios arquitetônicos antigos. Via de regra, os alunos que se identificarem com o curso preparatório são inseridos na cooperativa e já passam a trabalhar em prol da geração de renda mútua decorrente desta forma de organização.

As territorialidades inerentes ao Projeto Ladrilho Hidráulico destacam-se pela manutenção e difusão dos aspectos culturais da região, além de constituir iniciativa de profissionalização e, assim, possível mecanismo de geração de renda para os indivíduos integrantes do EES em questão.

Em suma, os EES supracitados possuem uma forma de organização já consolidada na cidade de Corumbá, de modo que contribuem, cada qual com suas respectivas territorialidades, para minorar os problemas sociais da localidade, que são grandes, sobretudo no que tange à disparidade de renda entre os indivíduos.

Logo, são ações que visam ao desenvolvimento do local, tanto com a manutenção das especificidades culturais da região, quanto com o atendimento dos anseios diversos dos indivíduos.

7. CONCLUSÃO

Sem a pretensão de propor um desfecho à reflexão sobre as relações entre território, territorialidades e desenvolvimento sob uma perspectiva territorial, este texto se prestou à breve conceituação dos referidos termos, estabelecendo umnexo causal entre eles. Para tanto, como subterfúgio de análise, investigou-se o caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de Corumbá, analisando de que forma estes EES atuam e transformam o território em questão; e de que forma as territorialidades por eles desencadeadas tipificam o território e concorrem para a promoção do desenvolvimento local.

Como de praxe nas ciências sociais, não existem formulas conclusivas e interpretações irrefutáveis. No que tange às análises do desenvolvimento local, não poderia ser diferente. Os territórios, cada qual dotados de territorialidades e demais potencialidade espaciais específicas, são elementos únicos, de modo que as dinâmicas de desenvolvimento devem tomá-los como critérios organizativos em separado. Nesta perspectiva, nota-se que as políticas de desenvolvimento que interpretam os territórios como elementos homogêneos estão definitivamente fadadas ao fracasso. Assim sendo, as análises regionalizadas são a tônica dos processos de desenvolvimento contemporâneos.

No que tange aos EES da cidade de Corumbá, observa-se que eles concorrem para o desenvolvimento local a partir da geração de territorialidades, cada qual com seus grupos específicos, sendo que tais territorialidades ligam-se intimamente à manutenção e consolidação das especificidades socioculturais locais, promovendo o viés humano, bem como o viés da alteridade inerente às políticas de desenvolvimento local.

Os EES inserem-se como um dos elementos do território sendo que, face às suas características, incrustam neste mesmo território sentimentos integrativos de solidariedade e cooperação, de modo que cada comunidade é impelida a, conjuntamente, esquadriñar estratégias que visem ao desenvolvimento local e conseqüente manutenção das especificidades territoriais locais. Assim, o território é o ponto focal das estratégias de desenvolvimento.

No que se refere aos EES analisados, nota-se que as territorialidades de ambos são mecanismos promotores do desenvolvimento local a partir do viés da manutenção e consolidação das especificidades culturais locais. Especial destaque deve ser dado ao Projeto Amor-Peixe, à Casa do Massabarro e ao Projeto Ladrilho Hidráulico, uma vez que atuam também de forma incisiva na profissionalização e conseqüente geração de renda para as comunidades integrantes dos respectivos projetos, o que também mostra-se como fator desencadeador de desenvolvimento local, dado que estes indivíduos são impelidos a auferirem, coletivamente, melhores rendas.

Outro aspecto peculiar refere-se aos processos de reterritorializações inerentes à atuação dos EES analisados, que relegam ao território uma nova função, marcadamente solidária e integrativa. Isto ficou evidente no EES Casa do Massabarro, que provocou uma nova configuração num território marcado por violência e outras mazelas sociais, promovendo, além da perpetuação das especificidades culturais locais, mecanismos de geração de renda para garotos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desencadeando assim o desenvolvimento local pelo viés da geração de renda e melhora das condições de vida dos indivíduos.

Portanto, nota-se que os EES atuam no território reforçando seus elementos peculiares (como as comunidades e suas especificidades culturais), de modo que este mesmo território, com suas territorialidades constitutivas, são os fatores organizativos e promotores do desenvolvimento local, tomado sob uma perspectiva territorial.

8. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e o poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. e SILVEIRA, M.L. (orgs.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1998.

AYDALOT, P. *Economie régionale et urbaine*. Paris: Economica, 1985.

DALLABRIDA, V.R.; BECKER, D.F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D.F.; WITTMANN, M.L. (orgs). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.



DUARTE, J.C.S. *Territórios de identidade e multiterritorialidade, paradigmas para a formulação de uma nova regionalização da Bahia*. In: V ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, Salvador, 2009. **Anais**. Salvador: UFBA, 2009.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 8, n.6, p.14-34, jan/jun 2005.

LEFEBVRE, H. *La Production de l'espace*. Paris : Anthropos, 1986.

HAESBART, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, São Paulo, 2005. **Anais**. São Paulo: USP, 2005.

HAESBART, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano IX, n.17, p.19-46, 2007.

MARTÍN, J.C. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, M.A. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: CEDESP, 1999. p. 169-177.

PECQUEUR, B. *Le development local*. Paris: Syros, 1989.

PECQUEUR, B. *Territoire, Territorialite et Developpement*. In: Coloque Industrie et Territoire, IREPD, Grenoble, 1992.

PECQUEUR, B. *Dynamiques Territoriales et Mutations Économiques*. Paris: L' Harmattan, 1996.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. *Géographie politique*. Paris, Editions Economica, 1988.

SACK, R. *Human Territoriality :its theory and history*. Cambridge : Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHEJTMAN, A.;BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. In: ECHEVERRÍA, R. *Desarrollo territorial rural en América Latina y Caribe: manejo sostenible de recursos naturales, acceso a tierras y finanzas rurales*. Chile: RIMISP, 2004.



SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I.G.P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Revista Raízes*, Campina Grande, v.23, n°s 01 e 02, p.99-116, jan/dez 2004.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas ligações externas. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p.88-125, jan/jun 2004.

SILVA, J.C. O conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da Prostituição. In: RIBEIRO, M.A. (org). *Território e Prostituição na Metrópole Carioca*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

SOUZA, M.L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SPOSITO, E.S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

VALVERDE, R.R.H.F. Transformação no conceito de território: competição e mobiliade na cidade. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n.15, p.119-126, 2004.

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.